

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 636/2014 DA COMISSÃO
de 13 de junho de 2014
relativo a um modelo de certificado para o comércio de caça grossa selvagem não esfolada
(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 7.º, n.º 2, alínea a),

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 853/2004 estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos alimentos de origem animal. Estabelece, nomeadamente, requisitos aplicáveis à produção e colocação no mercado de carne de caça selvagem. Os operadores das empresas do setor alimentar devem assegurar que essa carne só é colocada no mercado se for produzida em conformidade com o disposto no anexo III, secção IV, do referido regulamento.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 853/2004 prevê também o estabelecimento de modelos de certificados que acompanham as remessas de produtos de origem animal.
- (3) O Regulamento (UE) n.º 633/2014 da Comissão ⁽²⁾, que altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 853/2004, estabelece que a caça grossa selvagem não esfolada pode ser enviada para um estabelecimento de manuseamento de caça noutro Estado-Membro se, durante o transporte para esse estabelecimento, for acompanhada de um certificado que assegure a conformidade com o anexo III, secção IV, do Regulamento (CE) n.º 853/2004.
- (4) A fim de facilitar o comércio de caça grossa selvagem não esfolada, convém elaborar um modelo de certificado para o comércio entre os Estados-Membros.
- (5) Uma vez que as carcaças não esfoladas de animais de caça grossa selvagem podem ser portadoras de agentes patogénicos que causam doenças nos animais, os referidos animais não devem ter sido caçados em zonas que, por motivos sanitários, são objeto de uma proibição ou restrição que afete a espécie em questão, de acordo com a legislação da União ou a legislação nacional. O comércio de carcaças de javalis selvagens não esfoladas só pode efetuar-se sem prejuízo do disposto na Decisão de Execução 2013/764/UE da Comissão ⁽³⁾.
- (6) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

⁽¹⁾ JO L 139 de 30.4.2004, p. 55.

⁽²⁾ Regulamento (UE) n.º 633/2014 da Comissão, de 13 de junho de 2014, que altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e o anexo I do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos requisitos específicos para o manuseamento de caça grossa selvagem e para a inspeção *post mortem* de caça selvagem (ver página 6 do presente Jornal Oficial).

⁽³⁾ Decisão de Execução 2013/764/UE da Comissão, 13 de dezembro de 2013, relativa a medidas de polícia sanitária contra a peste suína clássica em determinados Estados-Membros (JO L 338 de 17.12.2013, p. 102).

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As remessas de caça grossa selvagem não esfolada expedidas para os Estados-Membros devem ser acompanhadas por um certificado conforme ao modelo estabelecido no anexo.

O certificado deve atestar que as remessas são acompanhadas por uma declaração escrita relativa ao exame efetuado por uma pessoa devidamente formada, se for caso disso, e pelas partes relevantes das carcaças, em conformidade com o anexo III, secção IV, capítulo II, ponto 4, do Regulamento (CE) n.º 853/2004.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 13 de junho de 2014.

Pela Comissão

O Presidente

José Manuel BARROSO

ANEXO

Modelo de certificado sanitário para o comércio de caça grossa selvagem não esfolada

UNIÃO EUROPEIA

Certificado comercial intra-União

Parte I: Detalhes relativos à remessa apresentada	I.1. Expedidor Nome Endereço País				I.2. Número de referência do certificado		I.2.a. N.º de referência local		
					I.3. Autoridade central competente				
					I.4. Autoridade local competente				
	I.5. Destinatário Nome Endereço País								
	I.8. País de origem		Código ISO	I.9. Região de origem		Código	I.10. País de destino		Código ISO
							I.11. Região de destino		Código
	I.12. Local de origem Estabelecimento <input type="checkbox"/> Nome Aprovação Endereço Código postal/Região				I.13. Local de destino Estabelecimento <input type="checkbox"/> Nome Número de aprovação Endereço Código postal/Região				
					I.15. Data e hora da partida				
	I.16. Meio de transporte <input type="checkbox"/> Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação: Número(s):								
I.18. Descrição da mercadoria						I.19. Código do produto (Código NC)			
						I.20. Quantidade			
I.21. Temperatura dos produtos Ambiente <input type="checkbox"/> De refrigeração <input type="checkbox"/>						I.22. Número de embalagens			
						I.24. Tipo de embalagem			
I.25. Mercadorias certificadas para: Consumo humano <input type="checkbox"/>									
						I.27. Trânsito por Estados-Membros <input type="checkbox"/>			
						Estado-Membro Código ISO			
						Estado-Membro Código ISO			
						Estado-Membro Código ISO			
I.31. Identificação das mercadorias									
Espécie (designação científica)			Marca de identificação			Quantidade			

UNIÃO EUROPEIA

Caça grossa selvagem não esfolada

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b. Número de referência local
Parte II: Certificação	<p>O abaixo assinado certifica que:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Todas as partes relevantes das carcaças dos animais e a declaração satisfaziam os requisitos previstos no anexo III, secção IV, capítulo II, ponto 4, do Regulamento (CE) n.º 853/2004. — A caça grossa selvagem não foi caçada numa zona que, por motivos sanitários, é objeto de uma proibição ou restrição que afete as espécies em questão, de acordo com a legislação da União ou a legislação nacional. <p>Notas</p> <p>Parte I:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Casa 1.12: Indicar um número de registo ou qualquer outro número de identificação. Se não for aplicável, indicar «XXX». — Casa I.13: Indicar os detalhes do estabelecimento de manuseamento de caça. — Casa I.19: Utilizar o código NC apropriado, entre os seguintes: 02031190, 02032190, 02089030, 02089060 e 02089098. — Casa 1.25: A certificação para consumo humano está sujeita a uma inspeção oficial favorável no estabelecimento de manuseamento de caça. <p>Parte II:</p> <p>A assinatura e o carimbo devem ser de cor diferente da dos caracteres impressos.</p>		
	<p>Veterinário oficial</p> <p>Nome (em maiúsculas):</p> <p>Unidade Veterinária Local:</p> <p>Data:</p> <p>Carimbo:</p> <p>Cargo e título:</p> <p>N.º da UVL:</p> <p>Assinatura:</p>		